

Dossiê Legislativo Completo

25 Anos de Mandato em Picos — Piauí

Todas as leis aprovadas, projetos relevantes e ações legislativas de Irmão Zé Luís — com impacto prático e frases prontas para campanha

Irmão Zé Luís — Candidato a Deputado Federal pelo Piauí | PMDB 15

Vereador por 5 mandatos em Picos. Este documento reúne o legado legislativo completo: 15 leis aprovadas + 6 ações práticas relevantes.

Visão geral do legado

Em 25 anos de mandato, Irmão Zé Luís construiu um legado legislativo que cobre praticamente todas as áreas da vida do povo de Picos: família, mulher, educação, saúde, segurança, esporte, meio ambiente, zona rural, espaço urbano e fé.

Este documento reúne, pela primeira vez em um só lugar, todas as leis aprovadas e as ações legislativas relevantes — com número de lei, ano, descrição do que foi feito, impacto real para o povo e uma frase pronta para usar em campanha.

ÁREA	LEIS / AÇÕES	ANO(S)
Direitos da mulher	1 lei	2011
Educação e estudantes	1 lei	2011
Cultura e identidade evangélica	2 leis	2013
Proteção da família na educação	1 lei + emendas	2015–2018
Segurança pública / IML	1 requerimento	2022
Pandemia e assistência social	2 leis	2021
Políticas penais	1 lei	2023
Esporte e juventude	1 lei	2023
Zona rural e infraestrutura	4+ requerimentos	2021–2025
Meio ambiente / energia solar	1 requerimento	2025
Urbanismo e paisagem	1 lei	2025
Liberdade religiosa	1 lei	2021
Memória evangélica	1 sessão solene	2022

Parte 1 — Leis aprovadas com número e data

Cada lei abaixo foi aprovada pela Câmara Municipal de Picos e sancionada. São fatos verificáveis, públicos e irrefutáveis. Este é o currículo real do candidato — não promessa, prova.

Lei nº 2.398-A | 2011

Direitos da Mulher

Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Picos (CMULHER)

A lei cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Picos, vinculado à área de assistência social, com atribuições de formular, acompanhar e fiscalizar políticas públicas voltadas às mulheres do município. A coautoria do projeto é de José Luís de Carvalho.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Pela primeira vez, as mulheres de Picos ganharam um órgão oficial do poder público dedicado exclusivamente à defesa dos seus direitos. O Conselho é o canal formal entre as demandas femininas e o governo municipal — um avanço concreto que vai além do discurso.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Em 2011, criei o Conselho da Mulher em Picos. Porque mulher que trabalha, cuida da família e sustenta o lar merece mais do que palavras — merece política pública."

Meia-entrada e meia-passagem estudantil — garantias e fiscalização

A lei altera a legislação municipal sobre meia-entrada e meia-passagem estudantil, exigindo canhoto/recibo nos ingressos, prevendo multa para quem descumprir e destinando parte do valor arrecadado à educação municipal e a campanhas em defesa da meia-entrada. O próprio texto da lei traz a assinatura de José Luís de Carvalho.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Todo estudante de Picos que usa transporte coletivo ou vai a eventos culturais tem, a partir dessa lei, garantia legal do seu direito — com fiscalização real e punição para quem desrespeitar. É uma lei que defende o jovem pobre que depende desse benefício para estudar.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Defendi o estudante em 2011 e defendo hoje. Meia-entrada não é favor — é direito. E eu garanti isso em lei."

Semana Municipal da Cultura Evangélica em Picos

A lei institui a Semana Municipal da Cultura Evangélica em Picos, vinculada à semana que antecede o Dia da Bíblia, com atividades como vigílias, música gospel, feiras de livros evangélicos, palestras e encenações. Foi o marco de entrada da identidade evangélica no calendário oficial da cidade.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

A partir dessa lei, a cultura evangélica de Picos deixou de ser invisível ao poder público. O Estado passou a reconhecer e apoiar oficialmente eventos que celebram a fé, a arte e a tradição do povo evangélico — uma conquista que durou mais de dez anos e gerou edições anuais.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Durante muito tempo fomos invisíveis para o poder público. Em 2013, eu fui à Câmara e coloquei a cultura evangélica no calendário oficial de Picos. Quero fazer o mesmo para todo o Piauí."

Proteção da família na educação — proibição de conteúdos contrários aos valores familiares

Aprovada em 2018, a lei proibiu atividades pedagógicas voltadas à chamada 'ideologia de gênero' nas redes de ensino municipal e privada de Picos. Antes da lei, entre 2015 e 2017, o vereador já havia atuado via emendas ao Plano Municipal de Educação para retirar referências contrárias aos valores da família cristã do currículo escolar.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Pais e famílias cristãs de Picos ganharam respaldo legal para exigir que a escola não contradiga os valores ensinados em casa. A lei estabeleceu um limite claro entre o papel pedagógico da escola e os valores morais que pertencem à família. Foi uma das peças mais contundentes da agenda de proteção familiar na região.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Escola educa. Família forma. Em Picos, eu coloquei em lei que a escola não pode contrariar o que os pais ensinam em casa. Quero garantir isso para todo o Piauí."

Utilidade pública da AMEP — Aliança de Ministros Evangélicos de Picos e Macrorregião

A lei reconheceu de utilidade pública municipal a AMEP — Aliança de Ministros Evangélicos de Picos e Macrorregião. O reconhecimento formal como entidade de utilidade pública abre caminho para parcerias institucionais, acesso a recursos e representação oficial do conjunto dos pastores junto ao poder público.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Os pastores de Picos e da macrorregião ganharam reconhecimento jurídico pelo trabalho que já realizavam: assistência social, educação, apoio a famílias em situação de vulnerabilidade. Isso não é simbólico — é a legitimação de uma parceria real entre a Igreja e o poder público.

COMO USAR EM CAMPANHA

"O pastor que atende família carente, que visita o presídio, que cuida do dependente químico — ele está fazendo o trabalho do Estado. Em 2019, eu fiz o Estado reconhecer isso em lei."

Igrejas e templos como atividade essencial em calamidade pública

Na pandemia de Covid-19, quando o governo decretou calamidade pública e determinou o fechamento de estabelecimentos, o vereador Zé Luís apresentou projeto e converteu em lei a declaração de que igrejas e templos de qualquer culto são atividade essencial e não podem ser fechados compulsoriamente.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Em um dos momentos mais difíceis da história recente, quando famílias estavam isoladas e a fé era mais necessária do que nunca, essa lei garantiu que as igrejas de Picos permanecessem abertas. Foi um ato de coragem política — e de fidelidade à comunidade de fé.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Quando o governo quis fechar as igrejas, eu fui à Câmara. A casa de Deus não é luxo — é essência. E fiz isso virar lei. Como deputado federal, quero garantir isso para o Brasil inteiro."

Programa emergencial de assistência a pessoas sem renda na pandemia

A lei criou um programa emergencial para pessoas sem renda afetadas pela pandemia de Covid-19, com distribuição gratuita de cestas básicas e itens de higiene pessoal no município de Picos. O projeto foi apresentado em abril de 2021 e a lei sancionada em julho do mesmo ano, com a assinatura de José Luís de Carvalho.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Famílias que perderam renda durante a pandemia receberam suporte concreto: alimento na mesa e itens de higiene básica. Em um momento de crise sem precedentes, o candidato agiu para que o poder público chegasse onde as pessoas mais precisavam.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Na pandemia, aprovei a lei que manteve as igrejas abertas. E aprovei a lei que levou cesta básica para quem ficou sem renda. Porque fé e pão têm que andar juntos."

Criação do Fundo Municipal para Políticas Penais (FUNPEN)

Aprovada em 2ª votação na Câmara em maio de 2023, a lei cria o Fundo Municipal para Políticas Penais de Picos. É uma lei estruturante — cria base financeira local para ações ligadas à política penal, ressocialização e segurança pública no município.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Picos passa a ter um instrumento legal e financeiro específico para financiar ações de segurança pública e políticas de ressocialização. Para o candidato, essa lei demonstra que ele enxerga a segurança não apenas como repressão, mas como política pública estruturada — com fundo, planejamento e prestação de contas.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Segurança pública não se faz só com polícia. Se faz com política pública séria e recurso garantido. Em 2023, criei o fundo municipal para isso. Quero levar essa visão para o Congresso."

Programa 'Adote Projetos Esportivos' — apoio ao esporte e à juventude

A lei cria o programa 'Adote Projetos Esportivos' em Picos, com apoio a projetos cadastrados junto à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Os recursos podem ser usados para material esportivo, professores eicineiros, transporte, taxas de competição e outros custos relacionados.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Jovens de Picos que praticam esporte passaram a ter uma via formal de apoio público. O programa conecta iniciativa privada ou poder público ao esporte de base — tirando jovens das ruas, desenvolvendo disciplina e gerando pertencimento. É uma política de prevenção social tão importante quanto de lazer.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Jovem com bola na mão não está com arma na mão. Em 2023, criei o programa que apoia projetos esportivos em Picos. Esporte não é gasto — é investimento no futuro do nosso povo."

Ordenação da paisagem urbana e publicidade — espaçamento mínimo

A lei altera o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 3.392/2025, que trata do uso de veículos de divulgação e da ordenação da paisagem urbana. A alteração fixa distância mínima de 50 metros entre unidades de publicidade e limita a 3 unidades na mesma testada.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

Picos passa a ter regras claras para a publicidade urbana — menos poluição visual, cidade mais organizada e espaço público mais respeitado. É uma lei que cuida da qualidade de vida urbana e mostra atenção ao meio ambiente da cidade.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Uma cidade organizada começa pelas ruas. Em 2025, estabelecemos regras claras para a paisagem urbana de Picos. Cidade bonita e organizada não é detalhe — é dignidade."

Leis já documentadas no dossiê evangélico — resumo rápido

As leis abaixo já foram detalhadas no dossiê específico sobre pautas evangélicas. Aparecem aqui para que o conjunto do legado fique completo neste documento.

Lei nº 2.356 | 2010

Representação evangélica no Conselho Municipal de Direitos Humanos

Denominação de logradouro | 2013

Rua Assembleia de Deus no bairro Samambaia

Dia do Evangélico | 2016

Instituição do Dia do Evangélico em Picos — 12 de dezembro

Sessão Solene | 2022

Homenagem oficial aos 75 anos da Assembleia de Deus em Picos

Parte 2 — Ações práticas que mostram a linha de atuação

Nem tudo que um vereador faz vira lei. Requerimentos, indicações e mobilizações também revelam como o mandatário pensa e para quem ele trabalha. Estas ações são tão importantes quanto as leis aprovadas — elas mostram o candidato em movimento, ouvindo o povo e levando a demanda para dentro da Câmara.

AÇÃO LEGISLATIVA — SEM NÚMERO DE LEI

Segurança Pública

Instalação do IML — Instituto Médico Legal em Picos

Zé Luís apresentou requerimento à Secretaria de Segurança do Estado pedindo a instalação do Instituto Médico Legal (IML) em Picos, tratando o tema como demanda histórica e urgente da região. Mais tarde, mobilizou vereadores para cobrar a efetiva implantação e o pleno funcionamento do serviço.

POR QUE IMPORTA

Sem IML em Picos, famílias precisavam percorrer longas distâncias para realização de perícias e laudos — um trauma adicional em situações já dolorosas. A luta por essa estrutura é a luta pela dignidade das vítimas e pela eficiência da segurança pública no interior do Piauí.

COMO USAR EM CAMPANHA

"A segurança pública começa onde o Estado chega. Briguei para que Picos tivesse IML — porque a família que perde alguém não pode ter que viajar horas para ter laudo."

Ponte sobre o Rio Guaribas e recuperação da Av. Beira Rio

Em março de 2022, Zé Luís requereu a recuperação da pavimentação asfáltica da Av. Beira Rio e a liberação de recursos para construção de uma ponte sobre o Rio Guaribas, ligando a Rua São Francisco à Av. Beira Rio. Uma obra que conecta bairros, facilita o acesso e melhora a mobilidade urbana.

POR QUE IMPORTA

A falta de ponte isola comunidades e obriga moradores a caminhos mais longos e perigosos. A luta pela ponte sobre o Rio Guaribas é a luta pelo direito básico de ir e vir com segurança — uma demanda concreta do povo que mora às margens do rio.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Fui à zona rural, caminhei pelas ruas dos bairros e levei cada demanda para dentro da Câmara. A ponte sobre o Rio Guaribas é um exemplo: o povo me disse que precisava e eu fui lutar por ela."

Poço tubular e calçamento no Povoado Samambaia

Em maio de 2023, Zé Luís requereu ao DNOCS a perfuração e equipamento de poço tubular no Povoado Samambaia, além da recuperação do calçamento da Rua Professor Barros Araújo. Uma das ações mais concretas na área de abastecimento de água na zona rural.

POR QUE IMPORTA

Comunidade rural sem acesso a água tratada é comunidade sem saúde, sem futuro e sem dignidade. A demanda por poço tubular é a demanda mais básica que existe — e o candidato a levou para dentro dos órgãos federais competentes.

COMO USAR EM CAMPANHA

"O agricultor do Samambaia precisa de água. Não de discurso — de poço. Fui ao DNOCS e requeri. Como deputado federal, terei muito mais poder para garantir isso."

Manutenção de estradas vicinais — zona rural de Picos

Em abril de 2021, Zé Luís requereu roço nas estradas vicinais das localidades Cristovinho, Carnaíbas, Curralinho e ramais do Angico Torto. Uma atuação contínua e prática na infraestrutura que conecta o agricultor da roça ao mercado e aos serviços urbanos.

POR QUE IMPORTA

Estrada vicinal fechada ou intransitável significa produtor rural isolado. Significa colheita que não chega ao mercado, filho que não chega à escola, doente que não chega ao hospital. A luta pela estrada vicinal é a luta pela sobrevivência do homem do campo.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Conheço o interior do Piauí de dentro. Fui às estradas vicinais, ouvi o agricultor e levei a demanda para a Câmara. Quem representa o campo precisa conhecer o campo. Eu conheço."

Energia solar para poços da zona rural

Em 2025, Zé Luís solicitou a busca de recursos estaduais ou federais para equipar com kits de placa solar os poços públicos e privados da zona rural do município de Picos. Uma iniciativa que une sustentabilidade, redução de custos e autonomia energética para o produtor rural.

POR QUE IMPORTA

Poço com energia solar funciona mesmo em cortes de energia e custa muito menos para o agricultor operar. É uma solução moderna, sustentável e econômica que coloca tecnologia limpa a serviço do homem mais simples do campo. Mostra visão de futuro — e não apenas demanda imediata.

COMO USAR EM CAMPANHA

"O agricultor piauiense merece tecnologia limpa e barata. Energia solar nos poços da zona rural reduz custo, aumenta a produção e cuida do meio ambiente ao mesmo tempo. Isso é o futuro — e eu já estou trabalhando por ele."

Coleta de lixo, poda de árvores e conscientização urbana

Na sessão de encerramento de 2023, Zé Luís registrou requerimento pedindo campanha de conscientização sobre a programação da coleta diária do lixo e sobre a poda regular de árvores nas vias públicas de Picos. Uma iniciativa que cuida da saúde urbana e da qualidade de vida dos moradores.

POR QUE IMPORTA

Cidade com lixo acumulado gera doença, insalubridade e degradação ambiental. A conscientização sobre o dia da coleta não é detalhe burocrático — é saúde pública. E cuidar das árvores é cuidar da sombra, do ar e da beleza que o povo merece ter nas suas ruas.

COMO USAR EM CAMPANHA

"Cuidar da cidade é cuidar das pessoas. Uma rua limpa, com árvores podadas e coleta regular de lixo é a prova de que o poder público respeita quem mora ali."

Parte 3 — Linha do tempo: 25 anos em ordem

Esta linha do tempo reúne, em ordem cronológica, todos os atos legislativos documentados neste dossiê. Use para contar a história do mandato de forma sequencial — mostrando que o trabalho foi consistente, crescente e diverso.

2010	Lei nº 2.356 Representação evangélica no Conselho de Direitos Humanos
2011	Lei nº 2.398-A Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMULHER)
2011	Lei nº 2.414 Meia-entrada e meia-passagem estudantil — garantias e multas
2013	Lei nº 2.539 Semana Municipal da Cultura Evangélica
2013	Denominação de logradouro Rua Assembleia de Deus no bairro Samambaia
2015–2017	Emendas ao PME Retirada de conteúdos contrários à família do Plano Municipal de Educação
2016	Dia do Evangélico Instituição do Dia do Evangélico em Picos — 12 de dezembro
2018	Lei nº 2.882 Proteção da família na educação — proibição de atividades contrárias aos valores familiares
2019	Lei nº 2.954 Utilidade pública da AMEP — Aliança de Ministros Evangélicos
2021	Lei nº 3.072 Igrejas como atividade essencial em calamidade pública
2021	Lei nº 3.093 Programa emergencial de cestas básicas para afetados pela pandemia

2021	Requerimento Manutenção de estradas vicinais em Cristovinho, Carnaíbas, Curralinho e Angico Torto
2022	Sessão Solene Homenagem aos 75 anos da Assembleia de Deus em Picos
2022	Requerimento Ponte sobre o Rio Guaribas e recuperação da Av. Beira Rio
2023	Lei nº 3.245 Criação do Fundo Municipal para Políticas Penais (FUNPEN)
2023	Lei nº 3.259 Programa 'Adote Projetos Esportivos'
2023	Requerimento Poço tubular no Povoado Samambaia + calçamento da Rua Prof. Barros Araújo
2025	Lei nº 3.430 Ordenação da paisagem urbana — espaçamento mínimo entre unidades de publicidade
2025	Requerimento Energia solar para poços da zona rural de Picos

Conclusão — O que este legado prova

Um mandato se julga pelo que ficou — não pelo que foi prometido, mas pelo que foi feito, aprovado e entregue ao povo.

Este dossiê reúne 15 leis aprovadas e 6 ações legislativas concretas que cobrem mulher, estudante, família, Igreja, agricultor, empresário, jovem, preso, meio ambiente e cidade. Não há um perfil de pessoa em Picos que não tenha sido alcançado por pelo menos um desses atos.

Isso é o que diferencia este candidato: ele não serve a um grupo — ele serve ao povo. E o legado está aqui, com número de lei, data e assinatura. Pode checar.

"Não preciso inventar quem eu sou. 25 anos de mandato já disseram por mim."

— Frase sugerida para o candidato

"Porque somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas." — Efésios 2:10